

QUADRINHOS E A LEI 10.639/03: UMA PROPOSTA DIDÁTICA

COMICS AND 10.639/03 LAW: A LEARNING PROPOSAL

HISTORIETAS Y LA LEY 10.639/03: UNA PROPUESTA DIDÁCTICA

Nobuyoshi Chinen

Doutor em Ciências da Comunicação. Professor substituto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO_UFRJ). São Paulo, SP, Brasil

ORCID 0000-0003-3632-2354

E-MAIL: nobu.chinen@eco.ufrj.br

RESUMO

O presente trabalho propõe um plano de ação voltado à utilização de histórias em quadrinhos como ferramenta didática na aplicação da Lei 10.639/03. A pesquisa é baseada em estudos referentes à função educativa dos quadrinhos. Analisaremos, assim, a inserção desses materiais nas bibliotecas escolares e nas diretrizes curriculares — para implementação da citada lei. O plano tem como propósito viabilizar o uso de quadrinhos sobre a cultura afro-brasileira, ao sugerir títulos especificamente concebidos para que essa lei seja atendida; recomenda-se, também, soluções para um dos pontos considerados críticos no seu efetivo cumprimento: a falta de familiaridade dos professores com o tema e o seu despreparo para abordá-lo em sala de aula.

Palavras-chave: Quadrinhos; Cultura afro-brasileira; Lei 10.639/03.

ABSTRACT

This paper proposes an action plan aimed at the use of comics as a didactic tool in the application of Law 10.639 / 03. The research is based on studies referring to the educational function of comics. Thus, it will be analyzed the insertion of these materials in school libraries and in the curriculum guidelines — for the implementation of the aforementioned law. The purpose of the plan is to enable the use of comics about Afro-Brazilian culture, suggesting titles specifically designed to comply with the law; it is recommended, as well solutions for one of the points considered critical in its effective fulfillment: the lack of familiarity of teachers with the topic and their unpreparedness to approach it in the classroom.

Keywords: Comics; Afro-Brazilian culture; Law 10.639/03.

RESUMEN

Este trabajo propone un plan de acción dirigido a la utilización de historietas como herramienta didáctica en la aplicación de la Ley 10.639/03. La investigación se apoya en estudios relativos a la función educativa de los cómics. Analizaremos, de esa manera, la inserción de ese tipo de recurso en las bibliotecas escolares y en las directrices curriculares — para la implementación de la ley en cuestión. El plan tiene el propósito de hacer posible el uso de historietas sobre la cultura afrobrasileña, al sugerir títulos especificamente concebidos en atención a esa ley; se recomiendan, también, soluciones para uno de los puntos considerados críticos para su puesta en práctica: la falta de familiaridad de los docentes con el tema y la necesidad de formación para su utilización en el aula.

Palabras-clave: Historietas; Cultura afrobrasileña; Ley 10.639/03.

INTRODUÇÃO

A relação das histórias em quadrinhos com a educação é alvo de numerosos estudos. Essa relação está presente na bibliografia brasileira desde aquele que é considerado o primeiro livro sobre quadrinhos publicado no país: *Shazam* (MOYA, 1972). Em capítulo especificamente voltado para essa finalidade (ABRAHÃO, 1972), enumera-se uma série de quesitos que tratam do assunto. No entanto, fica evidente a postura defensiva com mais argumentos que procuram refutar e derrubar os malefícios apontados pelos detratores do que aqueles que destacam suas qualidades, ainda que não e deixe de ressaltá-los. Antes de *Shazam*, eram raros os textos publicados no Brasil que abordavam as histórias em quadrinhos e, em sua absoluta maioria, tinham um teor negativo, de condenação aos quadrinhos. Essa atitude é compreensível para a época, uma vez que menos de uma geração atrás, os quadrinhos sofriam ataques intensos, acusados, entre outras coisas, de levar os jovens leitores à delinquência, um movimento que teve seu ápice na tentativa de se censurar e até banir esse tipo de publicação, em meados dos anos 1950 e que apesar de ter recrudescido, ainda encontrava defensores nos anos seguintes, como bem explorado no obra *Guerra dos Gibis* (SILVA JR., 2004).

Dessa forma, podemos apontar o texto de Abrahão como um dos pioneiros a tratar de forma positiva os quadrinhos no aspecto educativo. Para ele:

A literatura em quadrinhos, como veículo de aprendizagem para as crianças, não só é capaz de atingir uma finalidade instrutiva (ensino direto ou central), pela apresentação dos mais diversos assuntos ou noções. Mais do que isso, e principalmente, consegue preencher uma finalidade educativa (ensino concomitante), por um desenvolvimento, que produz, de ordem psicopedagógica, isto é, dos processos mentais e do interesse pela leitura. (ABRAHÃO, 1972, p.147).

Com o tempo, houve um abrandamento nas campanhas contra os quadrinhos, ainda que persistisse um preconceito que continuava relegando os quadrinhos a um subgênero da literatura; porém, diferentemente de anos anteriores quando os escassos textos publicados sobre os gibis tinham o propósito de combatê-los por sua nocividade, diversos estudos que tratavam as histórias em quadrinhos como uma linguagem séria começaram a surgir na década de 1970, com destaque para os trabalhos de Cirne (1973; 1974; 1975) e Cagnin (1975), que não se aprofundaram na função didática dos quadrinhos.

De maneira geral, os quadrinhos passaram a ser socialmente mais bem aceitos, e nesse ínterim, diversos livros sobre quadrinhos foram lançados com algum conteúdo relativo à sua função didática, nenhum deles, porém, exclusivamente dedicado ao tema. Gottlieb (1996) é uma rara exceção que traz elementos para a uma análise pedagógica a partir das teorias de Martin Buber e Jacob Levy Moreno, mas restrita às tiras da personagem Mafalda, do argentino Quino. Em outro livro que fez um pioneiro estudo de recepção, Anselmo (1975) teve o grande mérito de demonstrar que os gibis eram parte inegável dos hábitos de leitura de crianças e jovens e que desprezar esse fato seria desperdiçar um poderoso meio de comunicação para esses públicos. Esse estudo, porém, não tratava da função pedagógica dos quadrinhos, ainda que vislumbresse o potencial dessa linguagem para esse papel.

Somente em 2004 foi lançado o primeiro livro inteiramente voltado ao assunto. *Como usar os quadrinhos na sala de aula* (RAMA; VERGUEIRO, 2004) trouxe uma importante contribuição ao afirmar de forma incisiva e irrefutável, o valor das histórias em quadrinhos para o processo de aprendizagem. Composto por seis capítulos de diferentes autores, o livro traz conceitos e fundamentações para o uso dos quadrinhos na escola, além de exemplos e sugestões de como os gibis podem ser úteis no ensino de disciplinas como Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes. O capítulo introdutório é especialmente relevante por trazer uma síntese desse embate histórico quadrinhos x educação, incluindo a fase de perseguição; além de listar os bons motivos pelos quais os quadrinhos podem e devem ser usados em sala de aula, indica como utilizá-los em diferentes níveis do ensino formal.

Vários outros títulos foram lançados dentro desse escopo de utilização dos quadrinhos na escola e mais voltados ao aspecto prático (CALAZANS, 2004; CARVALHO, 2006). Uma iniciativa consistente tem sido a coleção *Quadrinhos & Educação*, organizada pelos professores Thiago Modenesi e Amaro Braga. O primeiro e o segundo volumes foram lançados em 2015 e, desde então saíram outros três. O número de capítulos e de colaboradores em cada edição é variável, mas o que chama a atenção é a ampla gama de temas e abordagens. Há textos que tratam do uso dos quadrinhos no Ensino Básico até os que relatam experiências em cursos de pós-graduação. Também não faltam textos sobre o uso didático dos quadrinhos em outros países. O que chama a atenção para as finalidades do presente artigo, porém, é a expressiva quantidade de autores que

colaboraram com esses cinco volumes, exatamente 59, alguns com mais de uma contribuição, que se debruçaram sobre o tema dos quadrinhos na educação, uma amostra do quanto o assunto vem pautando estudos e pesquisas na área.

Para a consolidação dos quadrinhos como ferramenta de ensino, só faltava o endosso oficial das autoridades educativas do país e isso se tornou realidade quando órgãos governamentais em diversas instâncias passaram a incluir publicações em quadrinhos em suas compras para abastecer as bibliotecas de escolas ou programas de incentivo à leitura. Uma análise desse fenômeno pode ser encontrada em *Quadrinhos na Educação* (VERGUEIRO; RAMOS, 2016), obra que atualiza as considerações do livro de Como usar os quadrinhos na sala de aula e faz uma profunda reflexão, à luz dos PCNs – Programas Nacionais Curriculares, do período sobre os programas oficiais do Governos, com especial atenção ao PNBE – Programa Nacional da Biblioteca da Escola, detendo-se na análise dos títulos selecionados entre 2006 e 2009. Vale notar que o incentivo representado por essas compras governamentais criou um verdadeiro boom no segmento de adaptações literárias para os quadrinhos, provocado pela quantidade de editoras que ingressaram no mercado de olho nesse nicho. Um dos motivos que levaram as editoras a investir nas adaptações era que nos editais para seleção de títulos para o PNBE, ficava explícita a preferência por esse tipo de publicação. Essa determinação trazia embutida a antiga crença de que os quadrinhos poderiam servir como uma espécie de ponte, uma leitura de maior poder de atração que levaria o estudante/leitor a querer ler a obra original. Ancorar ou escorar os quadrinhos na literatura era uma tentativa de dar um verniz cultural a um produto que sempre foi marginalizado. Uma visão equivocada que persistiu durante décadas.

De todo modo, com a inclusão dos gibis nos sucessivos programas de aquisição de livros, finalmente os quadrinhos passaram a ser aceitos e admitidos em sala de aula, em um irônico contraste do que ocorria em épocas passadas em que os professores chegavam a confiscar os exemplares de eventuais alunos que ousassem trazê-los, escondidos dentro dos cadernos e livros de estudo.

Metodologia

No entanto, não bastava que os estudantes tivessem acesso aos quadrinhos e que as bibliotecas das escolas dispusessem de acervo desse tipo de produção. Era preciso saber o que fazer com esses livros. Dessa forma, em uma segunda etapa, a preocupação dos estudiosos passou a ser a efetiva utilização dos quadrinhos de forma sistemática e da adoção de uma metodologia que, de fato, extraísse dessa linguagem todo o seu potencial didático. Essa preocupação era procedente porque os gibis, uma vez presentes nas escolas, eram usados normalmente apenas como um recurso de entretenimento, um bônus a que os alunos teriam direito após terminarem suas lições em classe. Não que ler por lazer não seja uma atividade interessante e necessária, mas esse tipo de atitude só servia para resgatar as críticas daqueles que por décadas consideraram os quadrinhos como mero divertimento e leitura de gente preguiçosa.

Segundo alguns defensores, o ideal é que os professores e bibliotecários das escolas recebessem treinamento ou, no mínimo, orientações para saber como fazer um estudo dirigido ou conduzir uma leitura crítica dos quadrinhos junto aos alunos, de modo a extrair o máximo de seu conteúdo. Nesse sentido, surgiram várias propostas como o livro *Histórias em quadrinhos & Educação: formação e prática docente* (SANTOS NETO; SILVA, 2011) e *Histórias em quadrinhos e práticas educativas* (SANTOS NETO; SILVA, 2013) ambos voltados ao profissionais docentes interessados em conhecer mais a fundo a linguagem dos quadrinhos e suas possibilidades como ferramenta de ensino. O primeiro deles inclui um capítulo denominado “Dez considerações para professores que desejam trabalhar com histórias em quadrinhos” (SANTOS NETO; SILVA, 2011, p. 127-136) que consiste em um guia de recomendações que Santos Neto elaborou, a partir de sua experiência como Coordenador de Cursos de Pedagogia.

As premissas levantadas por esses autores demonstraram-se corretas, porque apesar de já haver todo um repertório de conhecimento a respeito da validade de se utilizar os quadrinhos no ensino, isso não se refletia na sala de aula. Por mais que ficasse evidente o potencial dos quadrinhos e existisse material disponível, não havia um preparo adequado dos docentes. Em pesquisa realizada em 21 escolas públicas de Barueri, município da Grande São Paulo, para sua dissertação de Mestrado, Vanessa Yamaguti do Nascimento fez um levantamento para verificar quais tinham recebido lotes de livros por meio do PNBE

nos anos de 2006 a 2014 e de que modo esse material foi trabalhado com os alunos (NASCIMENTO, 2018). Das instituições visitadas, seis sequer possuíam bibliotecas, raras mantinham um programa definido para o uso dos quadrinhos e em algumas delas os livros eram mantidos trancados em armários, fora do acesso dos alunos (NASCIMENTO, 2018, p. 134). Em suas conclusões, a autora comenta:

O que esta pesquisa coloca em xeque é a efetivação dos quadrinhos nas escolas, pois os dados coletados mostram que não há, em diferentes frentes (seja na própria instalação, na forma de divulgação, no conhecimento dos profissionais que atuam na escola – dentro e fora da sala de aula – e no uso em si dos livros), a efetivação dos quadrinhos nas escolas. Esta constatação é ratificada, principalmente, na fala dos educadores entrevistados, ‘têm quadrinhos na escola?’ (NASCIMENTO, 2018, p. 185)

Mais adiante, ela afirma que:

Associada à estrutura, está a questão de ter profissionais que viabilizem atividades efetivas de leitura, caso contrário o espaço é só mais um local na escola. Não à toa, o desenvolvimento de atividades nos espaços dedicados à leitura só é efetivo, com base nas definições de Roca (2012) e Moraes, Vasconcelos e Amorim (2014), em uma unidade escolar, Escola G, por envolver atividades que são próprias da biblioteca, outras que envolvem biblioteca e sala de aula, e não apenas o corriqueiro empréstimo de livros. (NASCIMENTO, 2018, p. 189)

Uma vez consolidada e referendada por estudos sobre quadrinhos e educação, vale ressaltar que a grande maioria dos textos dessas obras, de diferentes autores, foca no estudo dos quadrinhos como material de letramento e alfabetização, dirigidas a estudantes das primeiras séries ou na análise comparativa das adaptações com as obras literárias originais. As razões para isso são amplamente fundamentadas em obras anteriormente citadas como Rama e Vergueiro (2004) e Vergueiro e Ramos (2009) e, mais especificamente, em *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis* (VERGUEIRO; RAMOS; FIGUEIRA 2014). Nesse livro, constituído de 11 capítulos, são abordadas as adaptações para os quadrinhos de obras literárias, sob diferentes aspectos, inclusive de sua aplicação na formação de leitores.

Há exceções como o citado *Como usar os Quadrinhos na Sala de Aula* que, como explicitado, apresenta sugestões de uso para diversas disciplinas.

Voltado especificamente a outros ramos do saber, há Ciência em Quadrinhos (MENDONÇA, 2010), que analisa materiais em quadrinhos e sua aplicação para o ensino de ciências e para divulgação científica.

Mais escassas, porém, são as propostas de utilização dos quadrinhos para o ensino de cultura afro-brasileira, conteúdo tornado obrigatório para as turmas do Ensino Básico e do Fundamental, por lei federal. Da bibliografia consultada, os únicos artigos que estabelecem uma associação entre a aplicação da mencionada lei e os quadrinhos são do autor deste artigo, o que denota uma atenção ainda restrita para esse assunto.

No segundo volume de *Histórias em quadrinhos e práticas educativas* (SANTOS NETO; SILVA, 2015), que trazia como subtítulo a provocadora questão: *Os gibis estão na escola, e agora?* repete-se a fórmula do anterior com oito capítulos de diferentes autores, mas explora temas inéditos entre os quais, uma introdução ao tema da aplicação da Lei 10.639/03, no capítulo dos autores Vergueiro e Chinen.

O texto da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 é bastante sucinto, pois trata-se de alteração de legislação já existente, a Lei 9.394/96. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; contudo, o Ministério da Educação produziu um manual completo para definir o papel de cada instância na implementação da Lei. Em 2013, por ocasião dos 10 anos da Lei, foi editada uma segunda edição, em conjunto com a SEPIR – Secretaria de Políticas da Promoção de Igualdade Racial, emitida em 2013. A Lei 10.639/03 foi atualizada e substituída pela Lei 11.645/08 para incluir a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena.

O chamado Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é o documento que estabelece quais parâmetros devem ser seguidos para a efetiva implantação da Lei 10.639/03 e prevê uma série de medidas nesse sentido. Nele constam o papel e as atribuições de cada um dos componentes do sistema educativo, desde os Governos Federal, Estaduais e Municipais, Coordenadorias de educação e os Estabelecimentos de ensino, do Básico ao Superior. Há um capítulo dedicado às Metas norteadoras, bem como seus respectivos períodos de execução, divididas em eixos e listadas em forma de tabela.

No Eixo 2 - Políticas de Formação de Gestores (as) e Profissionais de educação, uma das metas é “Criar programas de formação continuada presencial, semipresencial e a distância de gestores(as) e profissionais de educação” (SECADI, 2013, p. 64). Já no Eixo 3-

Políticas de Material Didático e Paradidático, uma das Metas explicitadas é Implementar ações de aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade étnico-racial, tais como: filmes, jogos, livros, brinquedos, especialmente bonecas/os com diferentes características étnico-raciais, de gênero e de pessoas com deficiência. (SECADI, 2013, p.66)

A pesquisa realizada por Chinen (2013), para tese de doutorado defendida em 2013, possibilitou a este autor conhecer muitas histórias em quadrinhos com protagonismo negro e/ou abordagem de temáticas referentes aos afrodescendentes, inclusive, alguns títulos concebidos e produzidos com o objetivo declarado de atender especificamente às demandas da Lei 10.639/03. A atualização da citada pesquisa, permitiu conhecer outros trabalhos, publicados posteriormente à defesa da tese e que também têm como foco a referida Lei.

Os álbuns de Mauricio Pestana produzidos entre 2006 e 2010 para a Escola Olodum, são o primeiro exemplo. A escola é o braço educacional da instituição muito mais conhecida pelo seu grupo de percussão e, fiel a seus propósitos de valorizar a cultura afro-brasileira, investiu na edição de gibis que abordaram episódios históricos que contaram com a participação de negros, mas cuja presença é omitida ou subvalorizada. As publicações contaram com patrocínio da Petrobras e foram editadas em convênio com a Fundação Palmares, entidade do Ministério da Cultura.

No texto de apresentação de *Revolta dos Búzios* (PESTANA, 2006), o primeiro álbum da coleção, explica que

A partir da Lei Federal 10.639/03 que altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB número 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio nas redes públicas e particular de todo o país, os Seminários Olodum tomaram um caráter voltado para a implementação da Lei, trabalhando diretamente com professores da rede de ensino municipal e estadual de Salvador (PESTANA, 2006, p. 3).

Em *Revolta dos Malês*, segundo volume da série, lê-se:

Esta iniciativa integra o processo de efetivação da Lei Federal nº 11.465/08, sancionada em 2008. A Lei altera um artigo da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) e substitui a Lei 10.639/03 que já previa a inclusão da temática afro-brasileira nos currículos das redes de ensino. (PESTANA, 2009, p. 4)

Outros dois trabalhos de Pestana seguiram o mesmo formato e temática ao explorar episódios históricos que contaram com a atuação de personagens negros: *Revolução Constitucionalista de 1932* (PESTANA, 2009), e *Dois de Julho* (PESTANA, 2013). O primeiro deles foi lançado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e o outro pela Fundação Pedro Calmon, com apoio da Secretaria de Cultura da Bahia. Diferentemente dos livros anteriores, não há menção à Lei 10.639/03, mas ambos trazem elementos gráficos, textuais e recursos narrativos semelhantes às obras publicadas pela Escola Olodum.

Vale lembrar que Pestana tem um longo histórico como cartunista e ativista da causa negra, tendo ocupado o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo. Atualmente, é o diretor da revista *Raça*, publicação voltada a temas e notícias da população afrodescendente.

Em todos esses títulos há a preocupação de apresentar a participação dos negros em fatos históricos importantes do Brasil e são recomendados por revelar um protagonismo omitido da historiografia oficial, um processo de apagamento deliberado, segundo Moura (1990). De acordo com esse autor, em importantes acontecimentos históricos do país, a atuação dos negros e até sua presença foram propositalmente excluídos dos registros, notadamente, em pinturas que retratam esses fatos.

Os outros títulos que explicitam a intenção de servir como material de apoio na aplicação da Lei 10.639, são *AfroHQ: história e cultura afro-brasileira e africana em quadrinhos* (BRAGA; JAIMES; CIRNE, 2010), e *Negro: uma outra história, aplicando a Lei 10.639/03* (PESTANA, 2014). Ao contrário da coleção produzida por Pestana em que cada livro se atém a um único episódio da História do Brasil, esses títulos têm um caráter mais generalista e abordam diversos aspectos da cultura e da história afro-brasileira.

AfroHQ tem roteiro de Amaro Braga e arte de Danielle Jaimes e Roberta Cirne, e na apresentação seus autores explicam que:

Foi a Lei 10.639 de 2003, (posteriormente alterada para a lei 11.645, de 2008) que nos inspirou diretamente na produção deste álbum, isto é, produzir um material de cunho pedagógico que pudesse ser utilizado nas escolas como agente de inclusão dos conteúdos sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira (BRAGA, 2012)

Negro: uma outra história, cujo autor é Mauricio Pestana, tem subtítulo já denota o compromisso com a Lei 10.639/03, reforçado pelo texto de apresentação. Tanto um quanto

outro abordam a cultura afro-brasileira sob aspecto histórico, da religiosidade e, principalmente, de sua influência na sociedade brasileira.

Outro trabalho que pode se encaixar nesse perfil de material dedicado à cultura afro-brasileira é *Herança africana no Brasil* (ESTEVEES; SOUZA; SOUZA, 2015), escrito por Daniel Esteves e ilustrado por Wanderson de Souza e Wagner de Souza. Embora não faça referência nenhuma à Lei 10.639/03, é um material que também conta a história da presença africana no Brasil através do diálogo entre uma menina negra e sua avó, acrescentando, portanto, um dado precioso no estudo da cultura de qualquer grupo social que é a ancestralidade.

Nos anos mais recentes, ou seja, a partir de 2015, houve um significativo aumento de obras com personagens negros ou que abordam temas referentes à população afrodescendente (CHINEN, 2019, p. 319). Alguns desses trabalhos são bastante pertinentes para a discussão da cultura afro-brasileira e podem ser recomendados para leitura e debate em sala de aula. Para citar apenas três dessas obras como exemplo, há *Carolina* (BARBOSA; PINHEIRO, 2016), com roteiro de Sirlene Barbosa e arte de João Pinheiro, a biografia da autora do livro *Quarto de despejo* narra a história da ex-catadora de papel Carolina de Jesus, que se tornou escritora. Trata-se de uma obra apropriada para se discutir aspectos da realidade social, uma vez que Carolina vivia numa favela da cidade de São Paulo e se tornou uma personalidade graças a seus livros.

Jeremias Pele (CALÇA; COSTA, 2018), roteirizada por Rafael Calça com desenhos de Jefferson Costa, que traz um dos mais antigos personagens do quadrinista Mauricio de Sousa, numa história em que o racismo e o preconceito são tratados de forma direta e sensível. *Angola Janga* (D'SALETE, 2017), do artista, professor e estudioso Marcelo D'Saete, é uma interpretação livre do relato histórico sobre o Quilombo de Palmares e os principais envolvidos nesse episódio de resistência à escravidão. São narrativas focadas em protagonistas negros e, portanto, valorizam a cultura afro-brasileira, ainda que não haja neles nenhuma indicação explícita de que tenham sido deliberadamente criados para atender a lei. Essas são apenas algumas sugestões. A escolha desses e outros títulos, deve levar em consideração a faixa etária dos alunos e, naturalmente, cabe à coordenação ou mesmo ao professor se informar e saber qual o mais adequado para a sua turma.

Resultados

Durante o doutorado, a necessidade de uma maior compreensão de como se formara e se consolidara a imagem dos negros na mídia de modo geral e no humor gráfico, mais especificamente, levaram o autor deste artigo a tomar contato com a realidade da população negra no Brasil. Havia também a vontade de aproveitar as informações obtidas para outras finalidades que extrapolassem o escopo da tese que era uma pesquisa basicamente iconográfica. Existiam a necessidade e a intenção de transpor o conteúdo para além da enumeração e descrição de séries e personagens negros e selecionar dentro da produção analisada, material que pudesse servir a propósitos didáticos como uma forma de contribuir para a educação. Nesse sentido, foi oportuno que o debate sobre a implementação da Lei 10.639/03 estivesse em pauta. A partir da constatação da existência de revistas e livros em quadrinhos que pudessem ser adotado como ferramenta para ensino da cultura afro-brasileira e baseado na literatura que defendia a preparação dos docentes para essa utilização prática, o autor deste artigo elaborou, em 2014, um curso com duração de 12 horas, divididas em quatro aulas e voltado a professores do Ensino Básico.

O conteúdo foi concebido tendo em vista duas necessidades: familiarizar os professores treinandos com a linguagem dos quadrinhos e suas especificidades e contextualizar a realidade da população negra dentro da sociedade brasileira e como esse quadro foi construído no decorrer dos séculos. Naturalmente, não era intenção dar aulas de História ou de Sociologia, mas trazer dessas ciências, subsídios para se compreender a formação da cultura afro-brasileira e sua importância.

O ponto de partida foi a própria tese de doutorado, cuja estrutura serviu de base para a montagem do curso que foi formatado da seguinte maneira:

1ª aula Contexto histórico geral da presença do negro no Brasil;

Dados estatísticos sobre a população afrodescendente no Brasil;

A escravidão e o tráfico de negros;

A formação da população negra no Brasil: Gilberto Freyre X Florestan Fernandes;

Parte prática: Debate sobre episódios recentes de racismo.

2ª aula A imagem do negro nas artes visuais e no humor gráfico

As primeiras imagens de negros no Brasil;

A representação pictórica dos negros na visão de artistas europeus: Debret e Rugendas;

Caricaturas e charges com negros no período do Segundo Império;

Construção do preconceito. Pseudoteorias sobre diferenças raciais ;

A origem da representação estereotipada dos negros: os minstrels;

Parte prática: Trabalho com imagens de Debret e Rugendas.

3ª aula Personagens negros nos quadrinhos

Primeiros personagens negros no Brasil;

Os negros nos quadrinhos a partir da década de 1950 até os dias de hoje;

Parte prática: Comparação de diferentes versões de Zumbi em quadrinhos.

4ª aula A cultura afro-brasileira nos quadrinhos

Os quadrinhos na sala de aula;

Como pôr em prática a lei 10.639/03 utilizando material em quadrinhos;

Parte prática: Materiais recomendados para uso em sala de aula.

Para verificar se o treinamento proposto era exequível e testar se o conteúdo estava apropriado e suficiente para capacitar os professores e contribuir para que a Lei 10.639/03 fosse efetivamente cumprida, foi ministrado um curso-piloto de forma voluntária, a convite da Diretoria Regional de Ensino (DRE) da Penha, na Zona Leste da cidade de São Paulo. Posteriormente, foi oferecido um curso para duas turmas, entre os meses de outubro e novembro de 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental General Othelo Franco, no bairro do Tatuapé, local escolhido por ser considerado de fácil acesso para os professores das demais unidades abrangidas por aquela DRE. A audiência somada das duas turmas foi de 20 alunos.

Esse mesmo curso foi recomendado à Diretoria Regional de São Mateus, também localizada na Zona Leste de São Paulo, e submetido a edital publicado por essa unidade e aprovado dentro do programa de aprimoramento de docentes, em contratação por notório saber e prevendo remuneração. As aulas contemplaram duas turmas de

professores da rede de ensino municipal, realizadas em dois horários consecutivos em quatro sábados, entre os meses de outubro e novembro de 2015. Cada turma tinha cerca de 25 alunos com um índice de presença elevado. O formato modular do curso possibilitava uma montagem variável, de acordo com o horário disponível da escola ou órgão demandante e conforme o interesse no conteúdo completo ou se mais especificamente voltado a um ou outro tópico específico. Essa modularidade também pôde ser testada junto ao corpo docente de uma escola pública.

Uma versão condensada desse curso e restrita a uma palestra foi realizada em 2018, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Luiz David Sobrinho, no Parque Panamericano, Zona Norte de São Paulo, dentro do Quero na Escola, programa tem o objetivo de atender demandas dos estudantes de escolas públicas por atividades ou oficinas não contempladas pela grade curricular, e que sejam ministradas voluntariamente por instrutores que tenham domínio sobre a atividade solicitada. Excepcionalmente, houve uma solicitação não dos alunos, mas por parte dos professores para uma atividade que falasse sobre os quadrinhos e personagens negros.

A palestra foi proferida para os professores, mas devido ao interesse demonstrado pelo diretor, o professor Fabio Nepomuceno, uma nova sessão foi realizada, dessa vez para os alunos. O convite foi renovado em 2019 e mais duas palestras foram realizadas dentro da programação da Semana de Consciência Negra promovida nessa escola.

Com a realização dos cursos-piloto e as palestras isoladas foi possível confirmar que a proposta de utilizar os quadrinhos para aplicar a lei 10.639/03 tinha boa receptividade por parte dos professores e que o conteúdo ministrado cumpria essa finalidade. As aulas em forma presencial têm a grande vantagem de propiciar uma interatividade entre os participantes e uma das coisas que mais marcaram essa experiência foram os diversos relatos dos professores sobre episódios de preconceitos e discriminação de que foram testemunhas ou até vítimas, durante as atividades sugeridas.

Um dos pontos negativos levantados em relação aos cursos-piloto foi a dificuldade que alguns dos participantes tinham para frequentá-lo, uma vez que a oferta era limitada quanto a dias e horários, pois eram restrita a duas únicas turmas, e realizados nas dependências da Diretoria Regional de Ensino de São Mateus, local considerado distante por alguns dos interessados, mas que, por esse motivo, não fizeram inscrição. Para expandir o público contemplado e permitir flexibilização de horários, o mais apropriado

seria ministrar esse curso em modalidade remota e uma oportunidade para isso ocorreu em 2018, quando a convite do professor Waldomiro Vergueiro, este autor integrou o grupo de conteudistas do 1º Curso Quadrinhos em Sala de Aula, promovido pela Fundação Demócrito Rocha, sediada em Fortaleza. Numa iniciativa inédita, o curso era constituído de videoaulas e apostilas didáticas. Nas palavras do professor Raymundo Netto, diretor da Fundação Demócrito Rocha:

Assim em 2017, a FDR lançaria, também por meio da Universidade Aberta do Nordeste (Uane), o curso de extensão gratuito Quadrinhos na sala de aula: estratégias, instrumentos e aplicações, em parceria com a Universidade Federal do Ceará e a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza, também na modalidade de ensino a distância (EAD), agora com 160h. A coordenação geral e editorial ficariam comigo, sendo que a de conteúdo seria de responsabilidade do prof. Waldomiro Vergueiro. Coube ao prof. Vergueiro a indicação de parte dos profissionais conteudistas, a maioria de São Paulo, muitos deles membros do Observatório de Quadrinhos da Universidade de São Paulo (USP). Os demais foram escolhidos por nós, sob a supervisão e acompanhamento.” (NETTO, 2018, p. 17)

O curso foi dividido em 12 temas, sendo um deles referente à Lei 10.639/03 e do qual este autor foi conteudista, ou seja, responsável por elaborar e apresentar uma videoaula e desenvolver e redigir o conteúdo de uma apostila que incluía recomendações de bibliografia e de obras em quadrinhos. Ainda segundo o professor Raymundo Netto, diretor da Fundação Demócrito Rocha “O curso foi um sucesso, trazendo, ao final 66.198 inscritos distribuídos em todos os estados brasileiros.” (NETTO, 2018, p. 17).

Os vídeos e as apostilas em formato PDF ficaram à disposição no site da Fundação, mediante inscrição gratuita. Versão impressa das apostilas foram distribuídas gratuitamente em forma de fascículos colecionáveis em tamanho tabloide, encartados nos exemplares da edição dominical do jornal O Povo, de Fortaleza.

Após a exibição da última aula e a distribuição do respectivo fascículo, foi realizado um seminário no auditório da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, que reuniu grande parte dos conteudistas que apresentaram palestras e puderam debater presencialmente com os participantes, professores em sua quase totalidade, e promover um integração interdisciplinar dos temas tratados no curso.

Posteriormente, a Fundação Demócrito Rocha estabeleceu um convênio com o Canal Futura que exibiu as videoaulas em sua programação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a validade dos quadrinhos como linguagem e seu potencial como ferramenta de ensino tem sido analisado e recomendado por diversos estudos, não há por que deixar de fazer uso desse tipo de produção em sala de aula, havendo exemplos de uso nas mais diversas disciplinas. No caso específico do ensino da cultura afro-brasileira, tornado obrigatório pela Lei 10.639/03, existem títulos em quantidade e qualidade apropriadas que abordam temas da história e da arte negra no Brasil e que podem servir como material didático adequado aos diferentes níveis da Educação formal. Também no quesito do treinamento dos professores para o uso dessas publicações já foram testados cursos tanto presenciais quanto em EAD.

Este artigo abordou cada uma das “pontas” responsáveis pela implementação da Lei, desde seu aspecto oficial, a produção e aquisição de publicações de cunho didático concernentes à Lei, o correto monitoramento desse material dentro da instituição de ensino, ou seja, nas bibliotecas escolares e, por fim, do que fazer com esses gibis na sala de aula, prevendo treinamento adequado para familiarizar os docentes e capacitá-los a tirar o melhor proveito dos quadrinhos.

Portanto, existem argumentos e exemplos de práticas docentes que podem e devem ser utilizados e que são acessíveis para todos os que tenham interesse em fazer dos quadrinhos um aliado na efetiva aplicação da Lei 10.639/03.

REFERÊNCIAS

- ANSELMO, Zilda Augusto. **Histórias em quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BARBOSA, SIRLENE; PINHEIRO, JOÃO. **Carolina**. São Paulo: Veneta, 2016.
- BRAGA, Amaro; JAIMES, Danielle; CIRNE, Roberta. **AfroHQ: história e cultura afro-brasileira e africana em quadrinhos**. Recife: edição do autor, 2010.
- CALAZANS, Flavio. **Histórias-em-Quadrinhos na Escola**. São Paulo: Paulus, 2004.
- CALÇA, Rafael; COSTA, Jefferson. **Jeremias pele**. Barueri: Panini, 2018.
- CAGNIN, Antônio Luís. **Os Quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.
- CARVALHO, Djota. **A Educação Está no Gibi**. Campinas: Papirus, 2006.

CHINEN, Nobu. **O papel do negro e o negro no papel:** representação e representatividade dos personagens negros nos quadrinhos brasileiros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

CHINEN, Nobu. **O negro nos quadrinhos do Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2019.

CIRNE, Moacy. **A Explosão Criativa dos Quadrinhos.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

CIRNE, Moacy. **A Linguagem dos Quadrinhos.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

CIRNE, Moacy. **Para Ler os Quadrinhos.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga.** São Paulo: Veneta, 2017.

ESTEVES, Daniel; SOUZA, Wanderson de; SOUZA, Wagner de. **A herança africana no Brasil.** São Paulo: Nemo, 2015.

GOTTLIEB, Liana. **Mafalda Vai à Escola.** São Paulo: ECA-USP/Iglu, 1996.

MENDONÇA, Márcia. **Ciência em quadrinhos.** Recife: Bagaço, 2010.

MODENESI, Thiago; BRAGA JR. Amaro (org.). **Quadrinhos & educação.** Vol. 1. Jabotão dos Guararapes: Faculdade de Guararapes, 2015.

MODENESI, Thiago; BRAGA JR. Amaro (org.). **Quadrinhos & educação.** Vol. 2. Jabotão dos Guararapes: Faculdade de Guararapes, 2015.

MODENESI, Thiago; BRAGA JR., Amaro X. **Quadrinhos & educação.** Vol. 3. Jabotão dos Guararapes: SOCEC, 2016.

MODENESI, Thiago; BRAGA JR., Amaro X. (org.). **Quadrinhos & educação.** Vol. 4. Jabotão dos Guararapes: Faculdade dos Guararapes/ Tarcísio Pereira Editor, 2018.

MODENESI, Thiago; BRAGA JR. Amaro Xavier (org.). **Quadrinhos & educação.** Vol. 5. Jabotão do Guararapes: SOCEC, 2019.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio:** o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOYA, Álvaro. **Shazam.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

NASCIMENTO, Vanessa Yamaguti do. **A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014):** da caixa ao leitor. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2018.

NETTO, Raymundo (org.). **História das histórias em quadrinhos no Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

PESTANA, Mauricio. **Histórias em quadrinhos e práticas educativas.** Os gibis estão na escola, e agora? São Paulo: Criativo, 2001.

PESTANA, Mauricio. **Revolta dos búzios:** uma história de igualdade no Brasil. Salvador: Escola Olodum, 2006.

PESTANA, Mauricio. **Revolução constitucionalista de 1932 em quadrinhos.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PESTANA, Mauricio. **Revolta dos malês:** a saga dos muçulmanos baianos. Salvador: Escola Olodum, 2010.

PESTANA, Mauricio. **Revolta da chibata:** a revolta cidadã dos marinheiros negros. Salvador: Escola Olodum, 2010.

PESTANA, Mauricio. **Dois de julho:** a Bahia na independência do Brasil. Salvador: Fundação Pedro Calmon/ Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

PESTANA, Mauricio. **História em quadrinhos e práticas educativas.** O trabalho em universos ficcionais e fanzines. São Paulo: Criativo, 2013.

PESTANA, Mauricio. **Negro:** uma outra história. Aplicando a Lei 10.639/03. São Paulo: Pestana Publicações, 2014.

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como Usar os Quadrinhos na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego (org.). **Quadrinhos e literatura:** diálogos possíveis. São Paulo: Criativo, 2014.

SANTOS NETO, Elydio; SILVA, Marta Regina de Paula da (org.). **Histórias em quadrinhos e educação:** formação e prática docente. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: 2011.

SECADI. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC/SECADI, 2013.

SILVA JR., Gonçalo. **A Guerra dos Gibis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VERGUEIRO, Waldomiro et RAMOS, Paulo (org.). **Quadrinhos na educação.** São Paulo: Contexto, 2009.

Recebido em: 05/08/2020

Parecer em: 11/08/2020

Aprovado em: 11/08/2020